



Administração encaminhou proposta à Promotoria Pública para abertura de empresa que não incomoda vizinhos

BRASÍLIA DO BRASIL

26 JUN 2003

Cerco ao comércio irregular da W3 Sul

ADMINISTRAÇÃO DE BRASÍLIA FECHARÁ TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA AVENIDA E SUSPENDERÁ A EMISSÃO DE ALVARÁS, EM ATENDIMENTO À RECOMENDAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Karyna Kay

O cerco à permanência de estabelecimentos comerciais nas quadras 700 Sul está cada vez mais apertado. De acordo com a administração de Brasília, todo o comércio da área será fechado conforme à Recomendação 014 do Ministério Público, que determina a cassação de alvarás cedidos para funcionamento de comércio em área residencial e proíbe a emissão de novas concessões.

Entre as mais de 300 empresas fixadas em área residencial,

uma chama atenção em especial por continuar em funcionamento apesar de ter sido interdita pela Administração de Brasília. A sauna masculina Três Chic, localizada na 713 Sul, rompeu o lacre de interdição e continua atendendo normalmente à clientela. De acordo com Sheila Araújo Soares, advogada do dono da empresa, o estabelecimento continua suas atividades porque a questão ainda está em juízo e tem anuência dos vizinhos, além de documentação legal. "O artigo 170 da Constituição Federal diz que é assegurado a todos o livre

exercício de qualquer atividade econômica. O meu cliente é um empresário, tem o direito de exercer sua profissão livremente", explica a advogada.

Em relação ao tipo de atividade que ocorre no estabelecimento, Sheila afirma que não se pode afirmar que é um local para o público gay. "A sauna é masculina, mas não se pode afirmar que é para gays, essa denominação foi dada pela mídia", afirma.

Segundo Clayton Aguiar, a sauna foi interdita por ser mais um estabelecimento comercial em área residencial. "Esta-

mos agindo conforme determina a lei. A sauna não tem alvará para funcionar e foi interdita como outros estabelecimentos", afirma. Cleyton reforça que a ação faz parte do cumprimento da lei e está longe de ser uma atitude preconceituosa. "Temos mais de 300 empresas em área residencial. Vamos fechar todas independentemente do tipo de atividade desenvolvida", garante.

Em relação à violação do lacre, o administrador explica que agora o dono do estabelecimento deverá prestar contas à polícia. "Apesar de não ter alvará

para funcionar e ter a liminar cassada, ele rompeu o lacre da interdição e continua funcionando. O problema agora deverá ser resolvido pela polícia", afirma.

Ainda de acordo com o administrador, uma proposta para a abertura de empresas individuais, como escritórios de web designs e tradutores, já foi encaminhada à Promotoria Pública. "A proposta solicita a autorização para a abertura exclusiva de empresas que não geram incômodo à comunidade por não apresentarem um perfil de grande movimentação e fluxo", explica.